

A atitude ibérica da Geração de 70.

Variações na Unidade

Gabriel Magalhães
Universidade do Porto

0. O presente trabalho, que aqui se apresenta – nesta terceira edição das «Jornadas de Outono em Culturas Ibéricas» –, foi elaborado com base numa investigação realizada no âmbito do projecto de investigação RELIPES. Por conseguinte, na nossa exposição, começaremos por explicar esta estranha sigla, este enigmático RELIPES – que, como disse um dos seus promotores, o Professor Antonio Sáez Delgado, se pode pronunciar de muitas maneiras diferentes: com as vogais abertas da dicção espanhola ou com as vogais átonas fechadas do Português ou ainda à maneira inglesa, com o grafema <i> lido como [aj]¹. Esta apresentação será breve – passando nós de seguida ao núcleo duro do nosso estudo: a análise do que foi a atitude ibérica da Geração de 70. Atitude essa que, sob um leve verniz de uniformidade, acaba por revelar-se muito diversa: tão diversa quanto diversas são e foram as reacções que a cultura espanhola tem despertado ao longo dos séculos nos territórios da cultura portuguesa.

1. A Universidade da Beira Interior (UBI) é uma universidade que nasceu *na fronteira* e que cultiva também em si mesma *um espírito de fronteira*. Aparecida em 1986, ano que constitui também ele um marco da história do sistema universitário português – o qual, nessa data, sofreu uma sua decisiva expansão –, a UBI localiza-se na zona fronteiriça com Espanha: naquilo a que se chama a raia portuguesa. Deste modo, sendo uma universidade que nasceu e vive nos limites da nacionalidade, sempre teve grande interesse e apetência pelas relações com Espanha. É nesse contexto que surge, entre outras iniciativas, a sua licenciatura em Português e Espanhol; foi também dentro desse mesmo espírito que o Departamento de Letras da UBI organizou, durante três anos consecutivos, uma grande congresso de literatura e de cultura ibéricas. É também nesse quadro que se explica a aparição do RELIPES.

1. A afirmação foi feita na sessão de abertura do primeiro congresso do RELIPES, que teve lugar em Évora nos dias 19 e 20 de Outubro de 2006. Este congresso foi organizado pelo Professor Sáez Delgado e pela Professora Susana Llinás.

O RELIPES é um projecto de investigação aprovado pelo programa INTERREG IIIA da União Europeia e que junta três universidades fronteiriças: a Universidade de Salamanca, a Universidade de Évora e a UBI. De facto, quem vive nas fronteiras que o espaço e o tempo têm tende a situar-se também nas últimas fronteiras onde o saber e o conhecimento definem – ou indefinem – os seus últimos horizontes. O que significa RELIPES, como deve ler-se esta sigla? Do seguinte modo: «Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde os inícios do século XIX até à actualidade». Quer dizer: o objectivo deste projecto de investigação é fazer um balanço do que foram as relações entre as línguas e as literaturas dos dois países peninsulares nos últimos dois séculos, e também na centúria actual. Trata-se de definir com humildade as grandes tendências dessas relações e também algumas das suas minúcias, identificando as matérias que já foram estudadas e aquelas que se torna urgente estudar.

As relações entre Espanha e Portugal, como é próprio de dois vizinhos, decorrem no segredo da sua banalidade – no esquecimento da sua inevitabilidade. São tão quotidianas quanto invisível, quanto esquecida é essa sua mesma quotidianidade. O RELIPES procura recuperar essa memória que desembocou numa amnésia: tenta assim ajudar-nos a recordar a nossa condição peninsular. Para isso, juntaram-se quinze investigadores das três universidades envolvidas – os quais se distribuem por doze áreas científicas de investigação: cinco de Linguística, cinco de Literatura e duas de Cultura. Durante os seus quinze meses de duração, o projecto prevê a realização de três congressos: o primeiro, em Évora, decorreu já entre os dias 19 e 20 de Outubro de 2006; o segundo terá lugar na Universidade de Salamanca, em 25 e 26 de Janeiro de 2007. Finalmente, a UBI organizará o último destes três congressos – previsto para os dias 18, 19, 20 e 21 de Abril de 2007.

Estes congressos – e toda a investigação que o RELIPES dinamiza – desembocarão em quatro publicações: três delas dizem respeito aos três congressos mencionados. São as actas dessas reuniões. Na quarta e última, condensar-se-á o resultado final de todas as pesquisas realizadas. E aqui é importante sublinhar um aspecto do RELIPES: não pretendemos esgotar o estudo das intimidades peninsulares, mas somente traçar uma primeira cartografia do labirinto secreto das relações entre Portugal e Espanha desde os inícios do século XIX até hoje. Por outras palavras: queremos desenhar um primeiro mapa das pesquisas que se fizeram nesta área dos estudos comparados luso-espanhóis, apontando ao mesmo tempo novos horizontes de possível investigação. O espírito do RELIPES é exactamente este: não somos o fim de nada – queremos ser tão-só o princípio de alguma coisa. O congresso que já se realizou em Évora e aqueles que ainda terão lugar acabam por ser uma forma de nos abrirmos ao futuro – de pedirmos a outros especialistas de outras universidades que venham completar aquilo que nós apenas esboçámos.

2. No âmbito do RELIPES, uma das áreas científicas que coube à UBI foi a do estudo das relações literárias entre Portugal e Espanha desde 1851 até 1900. No nosso país, estas décadas do século XIX ficaram marcadas pelas sombras convencionais do segundo romantismo e, também, pela exploração luminosa da terceira geração romântica: a Geração de 70. Num célebre soneto anterior, podemos encontrar alguns estilhaços brilhantes deste mesmo desejo de luminosidade: «Viva e trabalhe em plena luz: depois,/Seja-me dado ainda ver, morrendo,/O claro sol, amigo dos heróis!» (Gonçalves, 1981: 102). A Geração de 70, no âmbito da cultura portuguesa, é precisamente isso: um acesso de heroísmo intelectual – uma Aljubarrota do pensamento que teve o destino triste de Alcácer-Quibir. E os seus grandes protagonistas – Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins – são a história escrita de um Nun'Álvares que se viu nos espelhos misteriosos de D. Sebastião.

O que faremos neste nosso estudo será analisar um pouco a atitude ibérica destas três figuras

da nossa cultura. Na verdade, devemos começar por afirmar que o elemento ibérico é uma peça fundamental do *puzzle* de qualquer consciência portuguesa ou espanhola – contudo, em alguns dos intelectuais peninsulares, esta consciência comum ibérica esbate-se enquanto noutros se agudiza. Enfim, a vivência de um sentimento de peninsularidade desenha-se como um terramoto que tem a sua escala de Richter – e para muitos escritores acaba por constituir um pequeno abalo que não lhes muda a vida ao passo que, para outros, se configura como uma descoberta avassaladora que lhes altera completamente a existência. A Geração de 70 pertence mais a este segundo grupo, o dos intensamente ibéricos, no qual se integram também nomes como Gil Vicente, Luís de Camões ou ainda José Saramago.

Mas é importante avisar, em termos preambulares, do seguinte: a Geração de 70, tão original em muitos aspectos, não inventou o iberismo² – mais ainda: nem sequer foi quem inventou o iberismo do seu tempo. De facto, o sentimento ibérico constituiu para Antero, para Eça de Queirós, para Oliveira Martins, *muito mais uma tradição do que uma inovação*. Com efeito, o estudioso que se dedica a estas matérias sabe que as sensibilidades peninsulares sofreram um vivo reacender com as invasões francesas – a Guerra da Independência dos espanhóis – e também com os conflitos posteriores entre liberais e absolutistas. A Península redescobriu a sua globalidade no momento em que foi globalmente invadida pelos exércitos napoleónicos. E compreendeu também a sua unidade no instante em que percebeu a solidariedade inevitável do seu destino político: se Portugal fosse liberal, Espanha também o seria – se a Espanha fosse absolutista, Portugal não poderia deixar de também o ser.

É por isso que a guerra civil portuguesa é acompanhada apaixonadamente pela imprensa espanhola³ – é também por este motivo que, ao longo dos anos 50 do século XIX, surge uma série de textos de temática ibérica como, por exemplo, *A Ibéria*, um estudo escrito por Sinibaldo de Mas e traduzido por Latino Coelho⁴. O título desta tradução merece ser citado na íntegra: *A Ibéria. Memória escrita em língua espanhola por um filo-português e traduzida em língua portuguesa por um filo-ibérico* (Anónimo, 1852). Há aqui um desejo de interpenetração peninsular que é muito destes anos. Aliás, destes iberismos portugueses podemos apresentar outro inequívoco sinal – neste caso veiculado por uma voz espanhola. Acabado de chegar a Lisboa na condição de membro do corpo diplomático da representação espanhola no nosso país, o jovem escritor Juan Valera escreve o seguinte a sua Mãe no dia 25 de Setembro de 1850:

Otra cuestión hay aún mayor: la unión de los dos reinos. En este hay un partido numeroso que la desea o, por mejor decir, todo hombre que piensa y es algo instruido es de esa opinión. Nuestros diplomáticos deberían favorecer estas ideas e ir preparando el terreno para cuando se preparase una ocasión propicia⁵.

2. No nosso texto, o vocábulo «iberismo» não se encerra, em termos de significado, nos limites muito precisos que os historiadores lhe costumam atribuir. Pelo contrário, neste estudo, a palavra possui o sentido genérico de entusiasmo pelas relações ibéricas e pelo conhecimento do outro país peninsular.

3. Gabriel MAGALHÃES, *Garrett e Rivas: o romantismo em Espanha e Portugal*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filologia da Universidade de Salamanca, Salamanca, 2000, v. II, 631-634.

4. Na realidade, este texto – como veremos pelo seu título – foi publicado anonimamente, talvez devido à sua ousadia iberista. Contudo, uma nota manuscrita existente no exemplar por nós consultado na Biblioteca Pública Municipal do Porto identifica o autor e o tradutor desta obra. Esta identificação, confirmada por especialistas na matéria como é o caso de Maria da Conceição Meireles Pereira, faz hoje parte do conhecimento geral, acabando por ser um dado que circula nas enciclopédias virtuais da Internet (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Latino_Coelho).

5. Juan VALERA, *Correspondencia: 1847-1861* (ed. María Ángeles Ezama Gil e Enrique Serrano Asenjo dirigida por Leonardo Romero Tobar), Madrid, Castalia, 2002, 117.

Neste sentido, Antero, Eça de Queirós, Oliveira Martins cresceram a ouvir falar na problemática ibérica – isto é, o iberismo fez parte da tradição intelectual que receberam. Tradição esta que veio ter com eles sob a forma de um debate: assim, se *A Ibéria* defendia em 1852 uma ibérica união, outros textos apareceram a propor uma atitude contrária, como, por exemplo, uma obra de J. A. C. de Vasconcelos, publicação cujo conhecimento devemos aos Doutores Noemí Pérez, Francisco Fidalgo e Ana Cao, nossos colegas na UBI. O título deste livro também merece ser referido de forma integral: *Os portugueses e a Ibéria: refutação dos argumentos do partido ibérico com respeito à fusão das duas nações peninsulares e exposição das desgraças e vexames que dela haviam de porvir a Portugal* (Elvas, 1861). Não é estranho que a densa problemática ibérica destes anos tenha merecido a devoção de uma minuciosa tese de doutoramento de uma historiadora do Porto, a Professora Maria da Conceição Meireles Pereira⁶.

Assim, quando em 1868 publica o seu brilhante ensaio intitulado *Portugal perante a Revolução de Espanha* – ensaio este em que se defende a união ibérica –, Antero está na realidade a ser fiel a uma tradição intelectual que o precede: deste modo, neste texto, o autor das *Odes modernas* não desenha uma ruptura com nada, antes sim dá continuidade a muita coisa. No século XIX peninsular, o iberismo foi um hábito português e uma tentação espanhola. E contudo, em *Portugal perante a Revolução de Espanha*, Antero parece muito inovador. Como sabemos, ele gostava de concluir as suas conferências ou estudos com uma girândola final de brilhantes paradoxos argumentativos que deixavam o seu leitor, ou o seu ouvinte, num confuso deslumbramento maravilhado – em tudo semelhante ao que em nós deixam os últimos acordes impressionantes de uma majestosa sinfonia do século XIX. É sabido como encerra Antero a sua célebre intervenção com o título *Causas da decadência dos povos peninsulares*: «Pois bem, meus senhores: o Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno»⁷. Ora, o final de *Portugal perante a Revolução de Espanha* não é menos brilhante no seu paradoxo, menos sinfónico na sua solenidade. Devemos notar que, na citação que vamos apresentar, todos os itálicos são da responsabilidade de Antero:

Se não é possível sermos justos, fortes, nobres, inteligentes, senão deixando cair nos abismos da história essa coisa a que já se chamou nação portuguesa, caia a nação, mas sejamos aquilo para que nos criou a natureza, sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens, muito embora deixemos de ser portugueses. Uma nação moribunda é uma coisa poética: infelizmente a melhor poesia, em política, não passa de uma política medíocre. Chorar, recordar-se, ou ameaçar em sonoros versos, pode ser extremamente sentimental: mas não adianta uma polegada os nossos negócios... Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-ei de afirmar aos patriotas portugueses esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas actuais circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*⁸.

Como dissemos, encontramos-nos de novo perante uma paradoxal girândola final de foguetes antitéticos, tal como em *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Repetimos a frase final de Antero: «o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*». Esta atitude de sobrevalorização da liberdade e da dignidade humanas que se impõem,

6. Maria da Conceição Meireles PEREIRA, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, 2 vols.

7. Antero de QUENTAL, *Prosas sociopolíticas* (ed. Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, 296.

8. Antero de QUENTAL, *Prosas sociopolíticas*, 241.

enquanto valores, ao princípio da nacionalidade – parece tão original quanto irreverente. Contudo, como dissemos, isto é muito mais uma tradição – do que uma inovação. Com efeito, Almeida Garrett, no já distante ano de 1830, dissera a mesma coisa em *Portugal na balança da Europa*. Os textos garrettiano e anterior estabelecem entre si um jogo de espelhos – do qual, parece-nos, o autor das *Odes modernas* não era consciente. Dá a impressão de que julgava estar a inovar – quando, na realidade, estava sim a ecoar uma das grandes tendências do século XIX português. Vejamos o texto assinado por Garrett. Também neste caso os itálicos são da responsabilidade do autor:

Assim estabelecida a liberdade, a liberdade será verdadeira e real; com esta condição não há que hesitar para os Portugueses na opção da proposta e forçosa alternativa. *Todos daremos o derradeiro sangue pela independência nacional.*

Mas se a intriga estrangeira ajudada da traição doméstica prevalecerem, e nos tirarem a *condição sine qua non* de nossa independência, ou *directamente* destruindo a Constituição, ou *indirectamente* anulando em seus efeitos, como até aqui têm conseguido; então relutantes e forçados, mas deliberadamente resolutos, só nos resta lançar mão do segundo membro da alternativa: *unir-nos para sempre a Espanha*⁹.

É a mesma ideia de Antero – o mesmo haraquiri da nacionalidade em nome da superioridade, como valor, da liberdade humana. Resulta curioso que, quando Garrett analisa brevemente as modalidades dessa futura união ibérica, utilize a mesma palavra que Antero usará 38 anos mais tarde. A solução será, para o autor de *Viagens na minha terra*, «Talvez uma Federação...»¹⁰; quanto ao texto anterioro, nele se nos diz o seguinte:

Dito isto, o nome da coisa sai de todas as bocas: chama-se federação. Conciliação para todos os interesses, garantia para todas as liberdades, campo aberto para todas as actividades, equilíbrio para todas as forças, templo para todos os cultos, a federação é a única forma de governo digna de homens verdadeiramente iguais, porque é a única forma de governo verdadeiramente livre. (...) Estas palavras *federação democrática* resumem hoje o credo revolucionário, como há oitenta anos as de *república indivisível* resumiam as aspirações da geração heróica, mas pouco experiente, que criou na história a grande data de 1793¹¹.

De novo, reveste-se de alguma importância sublinhar que os itálicos se encontram no texto original garrettiano. Assim, a expressão de Antero «federação democrática» corresponde com exactidão à «Federação» de que nos fala Garrett. Quando muito, podemos afirmar que há alguma diferença no grau de certeza que envolve esse projecto federativo: as reticências e o «talvez» de Garrett, que configuram ainda algumas dúvidas, desaparecem na cadência entusiástica da frase de Antero. A ideia é a mesma, de facto, mas para Garrett era uma ideia em estado de dúvida – e, para o autor das *Odes modernas*, trata-se de uma ideia em estado de certeza. Seja como for, pensamos que este exemplo ilustra de um modo decisivo a forma como o iberismo dos principais protagonistas da Geração de 70 corresponde muito mais ao desenvolvimento de uma tradição do que a uma qualquer inovação ou radical ruptura.

Vista pois de um modo genérico – antes de vermos especificamente o iberismo de cada autor –, a atitude ibérica da Geração de 70 aparece-nos como o desenvolvimento de uma tradição. Se quisermos, podemos ser mais exactos: *trata-se da radicalização de uma tradição*, como prova a

9. Almeida GARRETT, *Obras de Almeida Garrett*, Porto, Lello & Irmão, s. d., v. I, 941.

10. Almeida GARRETT, *Obras*, v. I, 942.

11. Antero de QUENTAL, *Prosas soctopolíticas*, 226.

relação existente entre os textos garrettiano e anterior que acabámos de analisar. A esta primeira característica do iberismo da terceira geração romântica deveremos acrescentar uma segunda: a paixão da vivência peninsular foi, num determinado momento da história intelectual de Antero, de Eça de Queirós e de Oliveira Martins, um sentimento partilhado. Tratava-se de algo comum – algo que estes autores viviam em conjunto, enquanto geração. O próprio Eça de Queirós – indiscutivelmente o menos iberista dos três – escreve num texto seu de juventude, aparecido na *Gazeta de Portugal* em 27 de Novembro de 1866, frases conscienciosamente peninsulares que não deixam de nos surpreender, se tivermos em conta afirmações suas posteriores:

Ainda ontem eu pensava que nós outros os peninsulares nem sempre tínhamos sido uma nação estreita, de pequenas tendências, sonolenta, chata, fria, burguesa, cheia de espantos e de servilidades: e que este velho canto de terra, cheio de árvores e de sol, tinha sido pátria forte, sã, viva, fecunda, formosa, aventureira, épica!¹²

Na verdade, esta comunidade de sentimentos ibéricos torna-se mesmo uma comunidade de expressões linguísticas. Quer dizer: numa fase inicial, os homens da terceira geração romântica pensavam sobre o iberismo a mesma coisa – e diziam esse idêntico pensamento ibérico também da mesma forma. Por exemplo, este sintagma queirosiano, «nós outros os peninsulares» ecoa na «assembleia de peninsulares», no «auditório de peninsulares» ao qual Antero dirige a sua célebre conferência de 1871 (Quental, 1982: 256). E, se há uma coisa que impressiona, é ver Antero e Oliveira Martins a usarem rigorosamente o mesmo sintagma, «génio peninsular», em obras decisivas para a formulação do seu iberismo. Assim, o autor das *Odes modernas* utiliza essa expressão na conferência referida¹³ com o mesmo sentido com que Oliveira Martins se serve desse mesmo sintagma noutro texto fundamental: a sua conhecida *História da civilização ibérica*¹⁴. Há, pois, uma partilha ideológica que se traduz naquilo que poderíamos designar como uma confluência linguística.

Assim, a atitude ibérica da geração de 70 corresponde a uma tradição, como vimos, mas é também um *sentimento comum* dos protagonistas do nosso terceiro romantismo – pelo menos na primeira fase da sua evolução, anterior ao seu triste catálogo final de muitas derrotas. Sentimento comum este – que se consubstancia num pensar semelhante e em idênticas expressões linguísticas. Temos assim duas características da atitude ibérica dos autores que estamos a estudar: o seu tradicionalismo e o seu carácter comum. Contudo, apesar de se tratar de uma tradição do pensamento português do século XIX, o iberismo não deixava por isso de ser polémico: constituía assim – constituía e constitui também para o nosso tempo – aquilo que poderemos designar precisamente como uma *polémica tradicional, quase uma polémica de sempre*. Esta é a terceira característica do iberismo da terceira geração romântica: o seu carácter polémico – que se associa à sua natureza tradicional e partilhada. Deste modo se explica que, nesse mesmo ano de 1868, em que apareceu *Portugal perante a Revolução de Espanha*, de Antero, surja, quase como uma resposta, um texto radicalmente nacionalista de Guilherme Braga, *Ecos de Aljubarrota*, texto cujo título diz tudo, sobretudo se o juntarmos à epígrafe camoniana que o acompanha¹⁵.

12. Eça de QUEIRÓS, *Textos de imprensa. I (da Gazeta de Portugal)* (ed. Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, 109.

13. Antero de QUENTAL, *Prosas sociopolíticas*, 263.

14. J. P. Oliveira MARTINS, *História da civilização ibérica*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1973, 223-231.

15. A epígrafe em causa é esta: «Esta é a ditosa pátria minha amada.../A terra nunca d'outrem subjugada». Vale a pena citar uns versos de Guilherme Braga que parecem dirigir-se a Antero e aos seus iberistas companheiros de geração: «Não,

No âmbito desta terceira característica do iberismo da geração de 70 – o seu carácter polémico –, gostávamos de referir ainda outra obra que se reveste de alguma importância para percebermos melhor todos os contornos do debate ibérico que atravessa estes anos portugueses. Como é sabido, um dos textos mais criticados dos anos 60 do século XIX é o poema *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, e a «conversação preambular» que Castilho assina nas primeiras páginas dessa publicação aparecida em 1862. De facto, este livro desencadeia uma polémica que só será ultrapassada pela que trará consigo o *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas – já em plena Questão Coimbrã: essa fractura mítica da nossa história cultural. Ora, se muitos conhecem a obra *D. Jaime* pelo seu título, a verdade é que o subtítulo que este livro também apresentava é geralmente ignorado. Na realidade, na sua primeira edição, o trabalho literário de Tomás Ribeiro chamava-se *D. Jaime ou a dominação de Castela: poema*. Tomás Ribeiro publica uma segunda edição do seu texto em 1863, edição essa na qual integra um prólogo da sua lavra – prólogo esse decisivo para uma boa interpretação da obra e no qual se esclarece a obsessão anti-ibérica que marca este poema. Diz Tomás Ribeiro no prólogo desta segunda edição:

Nos dois últimos anos de Universidade que deixei em 1855, começava a falar-se em Coimbra em *união ibérica* [itálico do autor]; os meus bríos de português aconselharam-me a escrever contra a tal ou qual propaganda que se queria insinuar entre nós¹⁶.

Por conseguinte, o *D. Jaime* filia-se voluntariamente na genealogia das obras que, em Portugal, se tornam o cenário bibliográfico de um debate ibérico. Este texto contém, como o próprio Tomás Ribeiro confessa, uma «ideia anti-ibérica» (Ribeiro, 1882: XXIX). E a verdade é que quem lê o poema se surpreende com o seu sincero encantamento perante o país. Os primeiros versos do livro levam, com efeito, o título «A Portugal» e rezam do seguinte modo (Ribeiro, 1882: 3):

Meu Portugal, meu berço de inocência;
lisa estrada que andei débil infante;
variado jardim do adolescente,
meu laranjal em flor sempre odorante,
minha tarde de amor, meu dia ardente,
minha noite de estrelas rutilante,
meu vergado pomar de um rico Outono,
sê meu berço final no último sono!

Surge-nos aqui o Portugal-Paraíso – que também se encontra em *Viagens na minha terra* ainda que contaminado pelas tortuosidades da história: sobretudo destruído por uma guerra civil que poluiu a pureza esmeraldina do Vale de Santarém. É também este o Portugal verdejante, idílico de Júlio Dinis em *A morgadinha dos canaviais*. No texto de Tomás Ribeiro, resultam particularmente impressionantes os possessivos – «meu», seis vezes repetido nesta primeira estrofe, e «minha», que se repete por duas vezes. Estes possessivos marcam o estabelecer de uma relação de propriedade, de posse entre o sujeito lírico e o seu país, relação essa que exclui, pela sua natureza, qualquer

meu berço natal! Teus nobres muros/Nunca d'estranhos o pendão consentem./Se o querem filhos teus, filhos perjuros,/São infames, são vis. Traem-te... e mentem!//Mudar florida terra em chão de cardos!/Em céu de névoa um céu cheio de brilhos!/Se o tentam filhos teus, filhos bastardos,/São cobardes, são maus... não são teus filhos!» (Guilherme BRAGA, *Ecos de Aljubarrota*, Porto, Typ. Lusitana, 1868, 36).

16. Tomás RIBEIRO, *D. Jaime*, Porto/Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron Editor, 1982, XXXVI.

abdicação ibérica: qualquer gesto que possa tornar «nosso», em termos peninsulares, aquilo que se define muito claramente como «meu».

No prólogo de 1863, não pode deixar de ser sublinhada a forma como Tomás Ribeiro se dirige aos jovens que criticaram o seu poema – há nas suas palavras um aviso e, mais até do que um aviso, uma profecia:

Mas nada disto, acreditai, me dói, nem maravilha [refere-se Tomás Ribeiro às críticas acerbas que lhe forma dirigidas]; a nossa mocidade, ainda a mais esclarecida (como a que assim cruamente recebeu o meu trabalho tão desprezencioso [sic] e tão modesto) é em grande parte fogosa e impaciente; quando ela trabalhar, não já para matar a reputação de um homem que estuda, mas para adquirir a sua, há-de fazer-me justiça. À sua consciência de então entrego eu já o meu pleito¹⁷.

Neste ano de 1863, Antero de Quental tinha vinte e um anos; Oliveira Martins e Eça de Queirós andavam pelos dezoito anos. De algum modo, estas frases de pitonisa cultural são-lhes dirigidas: o pleito ibérico que o *D. Jaime* implicava fica entregue a uma consciência final que a Geração de 70 só daqui a muitos anos poderá ter. Por outras palavras: para Tomás Ribeiro, existirá daqui a bastante tempo nos protagonistas da terceira geração romântica uma nova consciência, uma «consciência de então», à luz da qual o *D. Jaime*, com o seu Portugal idílico e o seu marcado anti-iberismo, será lido de outro modo, mais positivo, pela actual «fogosa e impaciente» mocidade. De alguma forma esta afirmação profética ficou suspensa, como uma espada de Dâmoçles, sobre os impulsos juvenis iberistas de Antero, de Eça, de Oliveira Martins.

3. Analisada de uma forma genérica a atitude ibérica da Geração de 70, passemos ao particular iberismo de cada um dos seus autores – começando por Eça de Queirós. No quadro do terceiro romantismo, o autor de *Os Maias* representa, sem dúvida, a posição mais reticente relativa às intimidades ibéricas que entusiasmaram os seus companheiros. Em essência, Eça é anti-ibérico. É verdade que, numa citação anterior, o vimos a desenvolver-se dentro da fraseologia peninsular do seu tempo e da sua geração – essa citação era de 1867: pertencia a um Eça jovem e muito influenciável. Contudo, apenas um ano depois, será este mesmo Eça de Queirós a escrever um terrível parágrafo, todo ele ferido de ironias, sobre a Espanha:

Sobre a Espanha sabem o meu pensamento, eu não sei ainda se lho disse, mas devem prevê-lo: detesto os encontros e abraços da panela de ferro com a panela de barro: detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxílio a um paralítico. Detesto também o sistema militar de Espanha e aquela sinistra colaboração de generais e de fidalgos. De resto amo tudo na Espanha. Somente gostava mais dela, se ela estivesse na Rússia¹⁸.

Neste parágrafo devastador – veja-se a definição de Espanha como «aquela sinistra colaboração de generais e de fidalgos», definição que faz pensar nos tempos mais escuros do franquismo –, por três vezes se repete o verbo «detestar». Ficam assim muito marcadas as tonalidades anti-ibéricas deste texto.

É verdade que estas afirmações, aparecidas no marco da colaboração queirosiana no *Distrito de Évora*, se justificam num determinado contexto político que é explicado por Maria Filomena

17. Tomás RIBEIRO, *D. Jaime*, XIV.

18. A. Campos MATOS, *Dicionário de citações de Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, 122.

Mónica¹⁹. Contudo, não é este o único sinal de anti-iberismo na obra queirosiana. Por exemplo, sempre nos impressionou muito que a ilha de Cuba e a cidade de Havana não tenham deixado marca nenhuma no mundo romanesco do autor de *O primo Basílio*. É certo: Eça terá projectado uma narrativa intitulada «Uma conspiração em Havana», que nunca chegou a escrever²⁰. Seja como for, a passagem por Cuba foi, para o autor de *Os Maias*, uma fonte de infelicidade. Como diz Maria Filomena Mónica, «os meses passados em Cuba foram dos menos produtivos da sua vida»²¹. Ora, de alguma forma, esta dificuldade de relação com o universo cubano não deixa de ser indício dessa outra dificuldade que Eça tem em lidar com a Espanha²². Na verdade, não será por acaso que, em carta a Ramalho Ortigão, remetida a partir de Havana, o autor de *O crime do Padre Amaro* fala no «mau lado espanhol» da realidade cubana – segundo ele também marcada por um «curioso feitio americano (dos Estados Unidos)»²³. Veja-se como o lado espanhol de Cuba é visto como «mau» – ao passo que a sua dimensão americana é adjectivada como sendo algo «curioso».

A obra queirosiana instala outros sinais anti-ibéricos no horizonte da nossa leitura. As muitas espanholas da sua obra narrativa acabam por criar uma visão estereotipada do país vizinho – e os estereótipos têm sido, desde os tempos de Gil Vicente e do *Auto da Índia*, uma das mais consuetudinárias estratégias para denegrir o outro peninsular. Ver através de uma simplificação estereotipada – *é uma forma de não ver; mais ainda: é uma forma de ocultar*. A Espanha real do século XIX fica soterrada, esquecida, nas páginas da obra queirosiana, por baixo das lantejoulas pobres das suas muitas Conchas – hispânicas Conchas estas que, como explica Palma Cavalão, personagem de *Os Maias*, devem ser tratadas com delicadeza, mas também à bordoadada:

Apenas ficaram sós, Palma voltou-se para o Eusébio, e deu-lhe conselhos muito sérios sobre o sistema de tratar espanholas. Era necessário levá-las por bons modos; por isso é que elas se pelavam por portuguesas, porque lá em Espanha era à bordoadada... Enfim, ele não dizia que em certos casos, duas boas bolachas, mesmo um bom par de bengaladas, não fossem úteis... Sabiam, por exemplo, os amigos, quando se devia bater? Quando elas não gostavam da gente, e se faziam ariscas. Então sim. Então, zás, taponas, que elas ficavam logo pelo beicho... Mas depois bons modos, delicadeza, tal qual como com as francesas...²⁴

Depreende-se do texto que, segundo o Palma Cavalão, as francesas devem ser sempre tratadas com delicadeza – ao passo que, no caso das espanholas, «duas boas bolachas, mesmo um bom par de bengaladas» poderão constituir, em certas situações, a atitude mais apropriada.

Como se vê, estamos sempre perante caricaturas – perante uma visão empobrecida, e em certo sentido meramente «folclórica», da vida espanhola. É essa mesma caricatura, esse mesmo olhar «folclorista» que está na base do comentário que Eça faz ao assassinio de Cánovas del Castillo: «Esta tragédia foi grandemente espanhola. Canovas [sic] gritando ‘Viva España!’, e a mulher quebrando o leque na cara do assassino, são coisas só daquela terra ultra-sublime»²⁵. Em Eça, há sempre estes laivos irónicos quando se trata de Espanha – a sua obra transmite uma estranha sensação de mal-

19. Maria Filomena MÓNICA, *Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Quetzal, 2001, 45.

20. Maria Filomena MÓNICA, *Eça*, 105, 115.

21. Maria Filomena MÓNICA, *Eça*, 105.

22. Recorde-se que, nestes anos, Cuba pertence ainda à coroa espanhola.

23. Maria Filomena MÓNICA, *Eça*, 104. O parêntesis pertence ao próprio texto queirosiano por nós citado.

24. Eça de QUEIRÓS, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s. a., 230.

25. A. Campos MATOS, *Dicionário*, 122.

estar hispânico. Neste contexto, não deixa de ser importante referir o que responde Fradique Mendes a Madame S. quando esta lhe pede a indicação de um bom professor de Espanhol:

Minha cara amiga. O espanhol chama-se Don Ramon Covarubia [sic], mora na Passage Saulnier, 12, e como é aragonês, e portanto sóbrio, creio que com dez francos por lição se contentará amplamente. Mas se seu filho já sabe o castelhano necessário para entender os «Romanceros», o «D. Quixote», alguns dos Picarescos, vinte páginas de Quevedo, duas comédias de Lope de Vega, um ou outro romance de Galdós, que é tudo quanto basta ler na literatura de Espanha, – para que deseja a minha sensata amiga que ele pronuncie esse castelhano que sabe com o acento, o sabor, e o sal de um madrieno nascido nas veras pedras da Calle Mayor?²⁶

Há aqui, de novo, um estereotipar da cultura do país vizinho – neste caso concreto da sua literatura. Na verdade, esta aparece *simplificada – mais do que simplificada: empobrecida*. Eça esquece Calderón, esquece Góngora, esquece Garcilaso e os místicos. Por outro lado, vemos aqui algum desprezo – um muito moderado e educado desprezo, certamente – pela língua espanhola.

Numa recente conferência, pronunciada precisamente no âmbito do primeiro congresso do RELIPES que teve lugar em Évora, o Professor Carlos Reis referia que Eça nunca terá chegado a reconhecer publicamente o valor de Clarín²⁷ – como vemos, também Fradique esquece outros nomes, não do presente, mas sim do passado maior da literatura espanhola. E é que o esquecimento – mais até do que o esquecimento: a vontade de esquecer – caracteriza muito as relações do romancista de *A relíquia* com o país vizinho. Aqui fica uma proposta interpretativa nossa para este facto: para um autor tão marcado pelo tema do adultério e do incesto – que, como é sabido, o fascinam tanto quanto o horrorizam –, uma relação muito íntima com a Espanha seria talvez sentida como uma oficialização do adultério, uma nacionalização do incesto. Portanto, para Eça, o iberismo configurava-se talvez *como um monstruoso incesto peninsular, como um adultério nacional* – enfim, como uma forma trágica de perder a ligação com essa raiz primeira portuguesa que será o grande tema, a grande obsessão dos seus dois romances que o trabalho crítico classificou como semipóstumos: *A ilustre casa de Ramires* e *A cidade e as serras*.

4. Se Eça representa as tendências anti-ibéricas da cultura portuguesa – esse olhar de esguelha, desconfiado, que por vezes os portugueses lançam ao seu vizinho peninsular –, Antero de Quental materializa um iberismo entusiasmado, *mas basicamente muito teórico e, na sua essência, claramente utópico*. Assim, a atitude de Antero é um pouco a daqueles entusiastas dos ideais ibéricos – que, contudo, nunca chegam a conhecer verdadeiramente bem o outro país da Península. Poderíamos dizer, com ironia, que o sentimento ibérico do autor das *Odes modernas* é uma «cosa mental». É-o, de facto. Mesmo um texto tão fascinante como *Portugal perante a Revolução de Espanha* está eivado de formulações ibéricas que não foram vividas na própria carne – mas sim somente no trilhar mental de percursos, de roteiros intelectuais. O ensaio que Antero publica em 1868 é muito mais um facto intelectual – do que um facto existencial. Ao contrário de Oliveira Martins, que viveu a Espanha em carne e osso, conhecendo-lhe bem os tendões trágicos, Antero escreve sobre a Espanha como poderia muito bem escrever sobre a Polónia ou a Irlanda.

Ora, se *Portugal perante a Revolução de Espanha* é basicamente uma ideia, vejamos em que é

26. Eça de QUEIRÓS, *A correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s. a., 129.

27. Essa conferência, pronunciada no dia 20 de Outubro de 2006, intitulou-se «Bons ventos e costas voltadas: reflexões tempestivas sobre alguns lugares comuns».

que consiste essa ideia. O pensamento de Antero explica-se do seguinte modo: com a aparição das sociedades democráticas, surgiu também uma tendência à uniformização. Ora, essa tendência uniformizadora poderá acabar por matar a essência da democracia: a vivência plena da própria liberdade. Como o autor das *Odes modernas* afirma:

Na uniformidade, na homogeneidade de composição das sociedades democráticas é que está o perigo todo. Como já não há grupos, classes, variedade de interesses e de individualidades, que equilibrem o poder central e lhe oponham resistência, a pressão do governo não encontra obstáculos, comunica-se, estende-se, com rapidez e força incalculáveis, naquela massa homogênea²⁸.

No fundo, se pensarmos bem, Antero está já a falar naquilo que hoje em dia denominamos «globalização» – nesse sentido, *Portugal perante a Revolução de Espanha* é um ensaio profundamente actual, revestindo-se de uma enigmática dimensão profética. Com efeito, o problema que Antero pensa – é essa voragem uniformizadora que então começava e que, na actualidade, tanto nos preocupa.

Perante esta ameaça uniformizadora, urge encontrar uma solução. Eis essa solução apresentada enquanto mero teorema mental: «Noutros termos: trata-se de conciliar a *igualdade* e a *liberdade* [itálicos do autor], cujo divórcio tem causado a ruína das mais heróicas repúblicas, o abatimento das mais florescentes democracias»²⁹. Ora, é neste enquadramento teórico que surge uma solução também ela de natureza teórica: «Dito isto, o nome da coisa sai de todas as bocas: chama-se *federação*»³⁰. O itálico, mais uma vez, é de Antero. Por conseguinte, a federação republicana ibérica que se propõe é uma teoria que nasce da análise teórica de um determinado problema – *isto é, o iberismo anteriano consiste num pleonasma de teorias, não se consubstancia como algo que surja de uma vivência real*. Aliás, deve dizer-se que a moldura teórica do ensaio é formada sobretudo por autores ingleses e franceses – não por autores peninsulares. Deparamos com Rousseau³¹, com Armand Carrel³², com «Proudhon, Vacherot, Simon, Frederico Morin, Tocqueville, Renan»³³ ou, em mais uma lista de referências anterianas, com «Proudhon, Shultz-Delitz, Gladstone, Vacherot, Morin, Simon, Littré, Bright, Langlois»³⁴.

Embora também haja várias referências peninsulares, não podemos deixar de sentir que a Península está a ser pensada *a partir de fora*. Por outras palavras: a ideia de Ibéria que Antero tem é uma teoria que deriva de outras teorias – teorias essas outras que, em muitos casos, nem sequer possuem uma origem peninsular. Assim, a vivência iberista do autor das *Odes modernas* é basicamente um facto teórico. Não constitui pois para nós uma surpresa que, quando convidam o poeta e filósofo para trabalhar num jornal de Madrid, esse convite não se faça directamente – *Antero, na verdade, não tem relações directas com Espanha*. Como ele próprio conta em carta a Alberto Sam-paio, datada de finais de 1868:

Há quatro ou 5 dias que estão abertas negociações com democratas de Madrid (Partido Castellar) [sic] para me receberem como escritor português no jornal democrático e ibérico que vão fundar. Este

28. Antero de QUENTAL, *Prosas sociopolíticas* (ed. Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, 225.

29. Antero de QUENTAL, *Prosas*, 225.

30. Antero de QUENTAL, *Prosas*, 226.

31. Antero de QUENTAL, *Prosas*, 222, 223.

32. Antero de QUENTAL, *Prosas*, 223.

33. Antero de QUENTAL, *Prosas*, 224.

34. Antero de QUENTAL, *Prosas*, 226.

jornal, tendo a Ibéria no seu programa, quer que de preferência se trate o assunto em português, porque (além de ir acostumando os espanhóis à língua) é de muito peso em Portugal. Estão abertas negociações: nada mais, porém, posso dizer, porque eu directamente não conheço os homens: é o João de Deus que anda com isso³⁵.

«Eu directamente não conheço os homens», afirma Antero – e aqui o advérbio de modo é precioso. Com efeito, as relações de Antero com Espanha são indirectas – e o seu iberismo é o simples desenvolvimento de uma teoria.

Tão indirectas são essas relações que, na opinião do poeta açoriano, a mediação de um outro país europeu se revestiria de carácter fundamental. A França ou a Alemanha poderiam constituir, deste modo, pontes culturais entre a Espanha e Portugal: entre as tradicionais distâncias que separam as duas culturas ibéricas. Por outras palavras, o poeta entende que, para chegar a um melhor conhecimento mútuo da produção intelectual dos dois países, a eventual mediação de uma tradução francesa ou alemã poderá ter alguma importância. Nesta linha de pensamento, Antero escreve a Oliveira Martins o seguinte, referindo-se à *História da civilização ibérica*:

Eu desejo muito que o seu livro seja traduzido em francês ou alemão, por me persuadir que será essa a melhor maneira de o recomendar aos espanhóis, que são, afinal, quem mais importa que o leia. Só a consagração europeia, penso eu, pode impor, hoje em dia, à Espanha, um livro português³⁶.

Por conseguinte, será vagueando por cenários exteriores à Península – que a Península a si mesma se poderá conhecer. É a tal vivência indirecta e construída a partir de fora de que temos estado a falar – e que caracteriza a forma que Antero de Quental teve de se aproximar do fenómeno ibérico.

Neste contexto, reveste-se do maior interesse constatar que será precisamente nessa exterioridade, mais especificamente em Paris, que Antero conhecerá alguns políticos e intelectuais espanhóis relevantes. É muito curiosa a carta que envia a Oliveira Martins datada em 23 de Agosto de 1877:

Estive ontem com Fernandez de los Rios [sic] e Salmeron [sic]. Fernandez conhece V. e sabe o que vale. Salmeron pareceu-me outra casta de homem e deixou-me a melhor impressão, como indivíduo e como inteligência. Falámos metafísica, filosofia e história religiosa durante boas 3 horas. O homem sabe o nome aos bois, e encontrei nele o que ainda não encontrara em nenhum espanhol: espírito crítico. Entretanto, no que diz respeito ao Cristianismo, achei-o dum radicalismo intratável, desconhecendo o alto valor social e moral do Catolicismo, a partilhando ao mesmo tempo os preconceitos alemães sobre a influência e valor da Reforma. Em suma, gostei do homem e conto vê-lo mais alguma vez³⁷.

Como se vê, este encontro peninsular decorre em cenários parisienses – em que língua terão conversado Antero, Salmerón e Fernández de los Ríos? Pelo espólio de Garrett, existente na Universidade de Coimbra, sabemos que Antonio Alcalá Galiano lhe escrevia em francês – e não é impossível que também em francês tenham debatido as suas ideias os três peninsulares que em Paris se encontraram.

Este iberismo mental anterioriano, pura teoria derivada de teorias, estava destinado a soçobrar com o tempo. Em Março de 1874, também em carta a Oliveira Martins, o poeta das *Odes modernas* começa já a pôr em dúvida as suas concepções peninsulares de 1868:

35. Antero de QUENTAL, *Cartas*, Lisboa/Ponta Delgada, Editorial Comunicação/Universidade dos Açores, 1989, I, 107.

36. Antero de QUENTAL, *Cartas*, I, 538-539.

37. Antero de QUENTAL, *Cartas*, I, 384.

Li com grande prazer os seus artigos na Democracia. Acho-os fortes; fortemente pensados, e abalarão o meu enraizado federalismo. Eu via a questão por um lado puramente histórico, e é por isso que não concebia para Espanha outra solução. Mas V. fez-me ver que o federalismo para ser histórico *hoje* [itálico de Antero] tem de ter a forma da história de hoje, isto é, tem de absorver em si a substância da revolução social; fora disto é nada – menos que nada...³⁸

Onde Antero diz «puramente histórico» nós poderíamos dizer «puramente teórico». Como se nos esclarece em nota, as palavras de Oliveira Martins que suscitaram estas primeiras dúvidas anteriores encontram-se no artigo «O socialismo e a democracia», que o especialista pode hoje consultar em Martins, 1957: 181-216. Seja como for, começa talvez aqui o declínio das concepções iberistas de Antero – declínio que, com o passar dos anos, se tornará cada vez mais acentuado.

Na verdade, na história mental da Geração de 70, o iberismo configura-se como mais uma desilusão entre muitas desilusões – Eça, como vimos, foi particularmente rápido no seu desiludir-se; em Antero, o desencanto peninsular será mais lento. Contudo, assume um perfil muito claro, transparente. Basta que prestemos a devida atenção às palavras que o poeta açoriano dirige a Wilhelm Storck, numa celeberrima carta de 1887 – que é uma revisão de todo o seu percurso como artista e como pensador:

Durante o ano de 1867 e parte de 68 viajei em França e Espanha e visitei os Estados Unidos da América. No fim desse ano de 68 publiquei o folheto: *Portugal perante a Revolução de Espanha*. Advogava aí a União Ibérica por meio da República Federal, então representada em Espanha por Castelar, Pi y Margall e a maioria das Cortes Constituintes. Era uma grande ilusão, da qual porém só desisti (como de muitas outras desse tempo) à força de golpes brutais e repetidos da experiência. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas coisas da sociedade!³⁹

Os sintagmas «grande ilusão» ou «falso idealismo» parecem-nos, talvez, excessivamente críticos para com a pureza de intenções – que sentimos latejar nas concepções ibéricas de *Portugal perante a Revolução de Espanha*. Contudo, esses sintagmas são muito claros no seu sentido – neles se traduz uma enorme desilusão relativa aos passados ideais ibéricos de Antero de Quental.

Dois anos depois da carta a Storck, mais concretamente em 1889, Antero rubricará uma epístola ainda mais desiludida, mais tocada de cepticismo no que diz respeito à cultura do país vizinho. É uma missiva dirigida a Fernando Leal, na qual se comenta uma tradução que este fez de um texto de Núñez de Arce – texto este último que, por sua vez, constituía uma homenagem a Alexandre Herculano⁴⁰. Eis as palavras de Antero de Quental:

Recebi a sua tradução, que está realmente boa. Pena é que o estilo do original não dê para mais. É decididamente «ministro da marinha»! De resto, os espanhóis, em os tirando do estilo e metro populares, em que são originais e excelentes (Trueba, Campoamor, etc.), e em se metendo no género *nobre*, descambam na banalidade grave, naquele estilo académico, em que um herói é sempre *inclito* uma formosura *deslumbrante*, uma paixão *ardente*, um pensamento *sublime*, etc., etc.

Isto é assim desde o século 16, em que a escola italiana e o género *nobre* entraram em Espanha, e os famosos Figueiroa, el *divino* Mendoza, Argensola e os outros não valem afinal mais do que o novo Nuñez de Arce [sic]. Em Espanha este estilo é muito considerado, cuidando que pela mesma razão

38. Antero de QUENTAL, *Cartas*, I, 237.

39. Antero de QUENTAL, *Cartas*, II, 833.

40. O texto de Núñez de Arce pode ser lido utilizando o seguinte endereço da Biblioteca Virtual Cervantes: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01372775355793722200024/p0000006.htm#64>>.

por que uma camponesa, toda graciosa nos seus trajes aldeãos, se julga muito mais perfeita se consegue calçar umas botinas e pôr na cabeça um chapelinho de dama da cidade, com que aliás anda contrafeita, sensaborona e ridícula: mas basta de espanhóis⁴¹.

Pensamos que, neste excerto, a desilusão relativa ao mundo hispânico é muito clara. Com esta interjeição despectiva («basta de espanhóis»), conclui-se o nosso percurso pela vivência iberista de Antero – que, um pouco como tudo o que se refere ao poeta açoriano, oscila entre a miragem e o pesadelo.

5. Se Eça de Queirós foi rápido no seu afastamento de um iberismo inicial puramente epidémico, se, no caso de Antero, esse afastar-se das miragens peninsulares demorou vários anos desembocando na sombra de uma desilusão final, a história da relação com Espanha mantida por Oliveira Martins é bem mais complexa. Como vimos, Antero foi um teórico do iberismo – pelo contrário, Oliveira Martins viveu uma experiência peninsular muito marcada por dimensões concretas e pragmáticas. O autor de *História de Portugal* é, dos três autores que temos estudado, o único que efectivamente possui um perfil plenamente ibérico. Viveu em Espanha durante quatro anos, entre 1870 e 1874 – o que dá à sua experiência peninsular uma profundidade que deve ser sublinhada. Oliveira Martins conheceu a Espanha *por dentro* – ao contrário de Eça que a espreitou desde uma distância irónica, ao contrário também de Antero que, de facto, não a viu, pois a transformou numa abstracção filosófica.

É esta dimensão concreta da sua vivência hispânica – que imediatamente distingue Oliveira Martins dos seus companheiros de geração. Poderíamos dizer que, para o escritor de *História da civilização ibérica*, o iberismo é tanto uma teoria como uma prática – algo que se desenvolve concretamente no terreno. Como dissemos, viveu quatro anos em Espanha. Viajou também pelo país vizinho: algumas dessas viagens deram lugar a livros – como a obra póstuma *Cartas peninsulares*. O início deste texto permite-nos entender um pouco com que espírito eram feitas estas jornadas por terras espanholas:

Saí de Lisboa com o propósito de visitar algumas povoações castelhanas da fronteira de leste, nessa zona chamada *terra de Campos*, e que tão intimamente está ligada à história nacional portuguesa desde os seus primórdios até às guerras do princípio do século. Saí também com a ideia de que essa excursão, agora, em junho, quando o sol começa a queimar nas planícies de *Castilla-la-vieja*, me tonificará as forças deprimidas por uma enfermidade passada⁴².

Duas notas se impõem desde logo: a Espanha serve para tonificar as forças deprimidas, quer dizer, tem um efeito rejuvenescedor, retemperador – e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, viaja-se a Espanha para entender Portugal. Neste caso, visita-se a Tierra de Campos que, nas palavras de Oliveira Martins, «tão intimamente está ligada à história nacional portuguesa».

Conhecer a Espanha acaba assim por ser uma forma de reconhecer Portugal. Este aspecto é um dos mais complexos do iberismo do autor de *Portugal contemporâneo*: na verdade, para ele, a vivência ibérica era uma outra forma, mais profunda, mais completa, de reviver a própria nacionalidade. Um indício cronológico inequívoco desta estratégia ibérico-nacionalista, aparentemente

41. Antero de QUENTAL, *Cartas*, II, 956. Todos os itálicos são de Antero.

42. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *Cartas peninsulares*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 19252, 121. Os itálicos e o uso das minúsculas e das maiúsculas correspondem à ortografia desta edição.

antitética, pode identificar-se na data em que são publicadas duas obras como *História da civilização ibérica* e *História de Portugal*: as duas no mesmo ano – 1879. Há assim uma estranha *simultaneidade* da vivência lusíada e da vivência peninsular – como se o rosto de Portugal só se pudesse ver efectivamente num espelho peninsular. A portugalidade é, assim, uma das conjugações da peninsularidade. Este ponto de vista revela-se muito original na medida em que a nacionalidade funciona, não como uma exterioridade da Península, construída através da aventura marítima, mas sim como mais uma interioridade do âmbito peninsular. Como veremos, não é fácil definir com exactidão o pensamento ibérico do autor de *Os filhos de D. João I*.

Contudo, em qualquer caso, tudo parte de experiências – tudo se escreve na carne e no osso do corpo peninsular. Falámos de viagens, de excursões hispânicas; também poderíamos fazer referência à correspondência que Oliveira Martins manteve com diversos espanhóis: encontrámos cartas suas dirigidas a Juan Valera, a Marcelino Menéndez Pelayo, a Sánchez Moguel (Martins, 1926). Correspondência, aliás, também ela muito pragmática, frequentemente consagrada a questões concretas de apresentações e contactos. A ideia é sempre a mesma: a vivência peninsular de Oliveira Martins pode ter gerado espirais teóricas, mas estas sempre foram feitas com base nas curvas concretas da sua experiência prática. Se tivéssemos que escolher um adjectivo para o iberismo do autor de *Vida de Nun'Álvares*, a nossa opção seria a seguinte: trata-se de um *iberismo concreto* – que contrasta com o *iberismo teórico* de Antero de Quental e com o *anti-iberismo* queirociano. É esta natureza concreta que introduz no pensamento ibérico de Oliveira Martins uma infinidade de «nuances», de variações e subtilidades – de tal modo que esse pensamento ibérico acaba por ser uma realidade difícil de definir, difícil de apreender com uma perfeita exactidão.

Conhecendo bem a realidade peninsular, Oliveira Martins, em *História da civilização ibérica*, ocupa-se do enigma fundamental que se nos apresenta no labirinto ibérico. Só um homem com uma vivência profunda da Espanha e com um conhecimento radical de Portugal poderia intuir que a única maneira de resolver o mistério da Península era explicar a paradoxal relação entre as dinâmicas de unidade e de diversidade que confusamente se entrelaçam no espaço ibérico. No fundo, é esse o grande tema deste livro de 1879. Se é verdade que muitas obras possuem fragmentos que são como que resumos de si mesmas – uma espécie de ADN textual onde se encontra a essência de um determinado livro –, no caso de *História da civilização ibérica* esse fragmento seria o seguinte:

Se a geografia é a nosso ver uma causa das graves diferenças que, segundo as regiões, distinguiram os espanhóis na história e os distinguem ainda hoje, mantendo visíveis caracteres etnológicos nem sempre fáceis de determinar nas suas afinidades, essa causa não basta para que, acima de tais diferenças, a história nos não mostre a existência de um pensamento ou génio peninsular, carácter fundamental da raça, fisionomia moral comum a todas as populações de Espanha; pensamento ou génio principalmente afirmado, de um lado no entusiasmo religioso que pomos nas coisas da vida, do outro no heroísmo pessoal com que as realizamos. Daqui provém o facto de uma civilização particular, original e nobre⁴³.

Assinalemos aqui – é de toda a justiça fazê-lo – que a *História da civilização ibérica* constitui, no fundo, uma obra tão heróica quanto o é esse «heroísmo pessoal» de que o livro se ocupa teoricamente.

Em que consiste esse heroísmo de Oliveira Martins que encontramos em *História da civilização ibérica*? No seguinte: não deixa de ser uma aventura intelectual, uma espécie de digno quixotismo

43. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *História da civilização ibérica*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1973, 33.

do pensamento, este projecto de unificar a diversidade ibérica, de conglomerar a variedade peninsular. É como se Oliveira Martins pretendesse colar os cacos da Ibéria – e, assim, proceder à sua restauração. A *História da civilização ibérica* é precisamente isso: um restauro da integridade peninsular. E esse restaurar da consistência una da Península só poderia ser feito por alguém que bem conhecesse, *que conhecesse na prática* os seus fragmentos. Repare-se que estes paradoxos da união e da separação peninsulares são questões profundamente actuais – cenários onde decorre ainda hoje o drama da hispanidade. Tanto mais que Oliveira Martins une, une e unifica, mas não uniformiza. Quer dizer: o seu projecto de encontrar aquilo a que ele chama o «génio peninsular» (expressão que partilhava com Antero, como vimos) não significava o apagamento, a rasura das diversas modulações desse génio nas múltiplas regiões da Península. O pensamento do autor de *Os filhos de D. João I* move-se sempre com uma elegância complexa por entre as antíteses peninsulares.

Porque conhecia bem a Península, Oliveira Martins coloca nas suas obras outra questão central da Ibéria: como é que uma terra que é basicamente tradição pode metamorfosear-se em modernidade? Isto é, como será possível no âmbito peninsular fazer de tanto passado a possibilidade de um futuro? Este problema ibérico pôs-se pela primeira vez no século XVIII – e respostas para ele foram a Espanha de Carlos III e o Portugal do Marquês de Pombal. De novo, trata-se de uma problemática que a actualidade portuguesa, mais do que a espanhola, vive ainda de uma forma muito intensa. Resulta curioso ver como Oliveira Martins pensa esta matéria nas cartas que dirige a Juan Valera – escritor que, para ele, representa essa capacidade de articular passado e futuro no presente, enfim, de conciliar a tradição com a modernidade. Diz o autor de *Portugal contemporâneo*:

Ser espanhol e ser *moderno* [itálico do autor], manter os traços do carácter nacional, despidindo o pensamento e a palavra dos moldes arcaicos, eis aí o que eu (talvez por causa do meu escasso conhecimento da literatura vizinha) não vira ainda. E é isto o que se me afigura o sinal do renascimento das letras castelhanas. E como as letras são o sinal eminente da vitalidade de um povo, juntarei da nação espanhola. Ora eu creio firmemente no destino gravíssimo que espera à [sic] Espanha⁴⁴.

Noutra carta ao autor de *Pepita Jiménez*, Oliveira Martins referir-se-á a «essa Espanha *espanhola* mas moderna»⁴⁵ que é uma das suas obsessões, assinalando ele próprio em itálico a tradição – com base na qual se devem construir todos os horizontes da modernidade.

No fundo, a Península é um permanente diálogo de paradoxos, a vivência inevitável de uma série de antinomias. Por outras palavras, a vida peninsular traduz-se num diálogo impossível – que Oliveira Martins tenta tornar, a todo o custo, possível. Praticando o heroísmo intelectual de que já falámos, o nosso historiador procura conciliar a unidade e a diversidade, a tradição e a modernidade no âmbito complexo dos labirintos peninsulares. Com efeito, é nisso que consiste o seu heroísmo intelectual. O autor de *História de Portugal* pretende transformar os tabiques culturais da Península em portas que se abrem para uma sala comum onde cada parceiro terá o seu recanto. E, de facto, as suas ideias muito influenciaram os seus colegas de geração. Torna-se muito curioso constatar que, em Antero, podemos encontrar o sintagma «génio peninsular», tão querido de Oliveira Martins – mas é também muito interessante verificar que esta ideia de instalar a modernidade dentro da tradição no âmbito das culturas peninsulares nos aparece também num escrito anterior, mais concretamente numa carta dirigida a João Lobo de Moura em 1873:

44. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *Correspondência*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926, 42.

45. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *Correspondência*, 38-39.

Ora, quanto a mim, o essencial, hoje, na Península, não é fazer ciência correcta e fria, para quem ignora os elementos das coisas: é introduzir no espírito público o *sentimento moderno* [itálico de Antero] e a mesma noção do espírito científico e filosófico⁴⁶.

Não podemos deixar de perguntar a nós próprios: quem inspirou quem? De facto, a carta dirigida a Juan Valera por Oliveira Martins é muito posterior ao texto de Antero. Terão as intuições luminosas anteriores servido de base ao desenvolvimento do pensamento peninsular que encontramos em *História da civilização ibérica*? Para já, o essencial é assinalar que deparamos aqui com aquela mesma confluência de pensamento ibérico que descrevemos no ponto 2 deste estudo.

Uma questão crucial se coloca agora: terá havido no caso de Oliveira Martins, tal como aconteceu em Antero, uma evolução do seu pensamento peninsular rumo a uma final desilusão? De facto, na correspondência do autor de *História de Portugal*, encontramos uma conflituosa carta dirigida a Sánchez Moguel⁴⁷. Da epístola de Oliveira Martins se depreende que, com base em *Os filhos de D. João I e Vida de Nun'Álvares*, o escritor espanhol acusara o português de castelhano-fobia. Contudo, assim desafiado no seu sentimento peninsular, Oliveira Martins não renegará na sua missiva do seu conhecido iberismo. Mas os tempos mais doces, os tempos de mel da sua relação com a Espanha parecem ter já passado. Com efeito, o escritor português publicara em 1879 a *História da civilização ibérica*, uma das suas primeiras e maiores obras-primas – mas já no fim da sua carreira, em 1891 e 1893, dará à estampa respectivamente *Os filhos de D. João I e Vida de Nun'Álvares*. Sánchez Moguel não deixava de ter alguma razão: estes dois textos constituem de algum modo um regresso ao núcleo duro da portugalidade, enfim, uma recuperação do que há de mais português na história de Portugal.

Também nas posições que vai defendendo, quer na sua correspondência, quer na sua obra jornalística, podemos encontrar uma curiosa hesitação quanto às dimensões da sua militância, da sua convicção iberista. Assim, em carta a Juan Valera – a quem dedicara a sua *História da civilização ibérica* –, escreve o autor de *Portugal nos mares* o seguinte sobre os destinos da Espanha:

Expulse o inglês de Gibraltar, consolide o seu domínio africano obtendo assim um lugar nas águas mediterrâneas, estreitem-se as relações com Portugal ao ponto de, a não fazermos um só povo, sermos *dois num só corpo*, conforme dizem as letras sagradas⁴⁸.

Repare-se no expressivo uso do plural – «fazermos um só povo» – que indicia intensos ideais ibéricos. Note-se também a presença subjacente da metáfora do casamento. Diz o escritor português: «sermos *dois num só corpo*, conforme dizem as letras sagradas». Soa claramente a matrimónio ibérico, esta frase. Com efeito, não estamos longe da monarquia dualista de que falava Felipe II. Infelizmente, esta carta não nos aparece datada com exactidão – mas julgamos que se situará nos inícios da década de 80. A atitude que está presente nesta epístola é a de um claro iberismo militante.

Contudo, noutros textos, o autor de *Portugal contemporâneo* parece-nos bem menos utópico – bem mais céptico quanto aos horizontes de uma qualquer fusão peninsular. Por exemplo, escreve ele o seguinte num artigo intitulado «Iberismo»:

46. Antero de QUENTAL, *Cartas*, I, 212.

47. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *Correspondência*, 271-273.

48. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *Correspondência*, 43. Itálico de Oliveira Martins.

(...) é óbvio, pois, que o interesse recíproco da Espanha e de Portugal está em que nenhum de nós pense, nem de longe, em aventuras perigosas para o futuro de ambos. União de pensamento e acção, independência de governo: eis, a nosso ver, a fórmula actual, sensata e prática do Iberismo⁴⁹.

Veja-se que a citação é, na realidade, muito interessante. Por um lado, no sintagma «fórmula actual», compreendemos que o iberismo do autor terá tido formulações bem mais ousadas, como, aliás, vimos no parágrafo anterior. Contudo, essas ousadias são hoje vistas como «aventuras perigosas». Por conseguinte, avança-se para um iberismo muito mais pragmático – a palavra está lá: «fórmula actual, sensata e *prática*»⁵⁰. Parece evidente que há aqui um recuo – assim, no fundo, já não estamos a grande distância dos sentimentos anti-ibéricos de um Eça de Queirós. Ficamos até com a impressão de que o pensamento peninsular do autor de *Portugal nos mares* é tão fascinante quanto ambíguo. Talvez a expressão que melhor definirá a posição de Oliveira Martins seria a seguinte – ele era um nacionalista iberista e, nestes termos paradoxais, se contém todas as antíteses que marcam o seu pensamento sobre estas matérias peninsulares.

Neste mesmo artigo, intitulado «Iberismo», o escritor de *História da república romana* tece estas considerações:

Qual é, portanto, em resultado de todas estas considerações várias, o programa que o juízo aconselha às duas monarquias da Península? É o regresso à tradição de Avis, a política de cooperação, despida, porém, das esperanças recíprocas de absorção pelo processo anacrónico dos enlacs dinásticos.

Não deixa de nos surpreender este «programa» que, nas palavras do autor, «o juízo aconselha» – um pouco como se houvesse um outro iberismo louco ou, pelo menos, um iberismo que não é ajuizado. Em que consiste esse programa? No «regresso à tradição de Avis». Ora, esta afirmação relaciona-se com os tais dois livros que aparecem no fim da vida do escritor: *Os filhos de D. João I* e *Vida de Nun'Álvares*. Assim, o percurso ibérico de Oliveira Martins – desemboca no iberismo defensivo, prático e ajuizado, cultivado por uma dinastia militantemente portuguesa. Nos anos 90, o sentimento peninsular de Oliveira Martins não é talvez o mesmo de finais dos anos 70 quando publica *História da civilização ibérica*. Embora nunca haja uma abdicação da vivência ibérica, parece detectar-se no autor de *Portugal contemporâneo* um arrefecimento dos seus entusiasmos peninsulares. Nesse sentido, o seu percurso funde-se com o de Eça e o de Antero – fazendo-nos pensar que se dá uma decepção dos ideais ibéricos no fim dos percursos biográficos e intelectuais da nossa terceira geração romântica.

Eis que Tomás Ribeiro, o autor de *D. Jaime*, tinha afinal razão. Como foi por nós citado, dissera ele o seguinte em 1863, referindo-se à jovem geração de autores literários desse tempo: «quando ela trabalhar, não já para matar a reputação de um homem que estuda, mas para adquirir a sua, há-de fazer-me justiça»⁵¹. Justiça, subentende-se, no que respeita à posição anti-ibérica do seu poema. E neste nosso estudo comprovámos que, de facto, essa justiça foi feita. Como vimos, o vincado iberismo do primeiro Antero, do primeiro Oliveira Martins – esbateu-se com o tempo. Quanto a Eça de Queirós, nos seus últimos anos redige *A ilustre casa de Ramires* e *A*

49. Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, *Dispensos* (ed. António Sérgio), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, II.

50. O sublinhado é nosso.

51. Tomas RIBEIRO, *D. Jaime*, XIV.

cidade e as serras, os seus dois romances semipóstumos – nos quais um idealizado cenário português não anda longe do «berço de inocência», do «variado jardim», do «vergado pomar», do «laranja» exaltado pelo *D. Jaime*, em 1862⁵². No fundo, na Geração de 70, encontramos as três atitudes culturais mais habituais em Portugal quando, no nosso país, se pensa a relação com Espanha: em Eça de Queirós, deparamos com a desconfiança de fundo anti-ibérico; em Antero de Quental, estamos perante um iberismo teórico, intelectual, basicamente ingénuo; finalmente, em Oliveira Martins, identificamos uma peninsularidade consciente e muito pragmática – que foi, afinal, a de muitos dos nossos reis. Contudo, como provámos, de um modo geral os ideais iberistas da nossa terceira geração romântica consubstanciaram-se num claro fracasso final. O iberismo apagou-se bastante na última fase da vida dos autores que aqui estudámos. Contudo, quando a vivência peninsular agonizava nos textos de Eça, de Antero, do próprio Oliveira Martins – ao mesmo tempo ela preparava-se para renascer, por exemplo, em Teixeira de Pascoais e em Miguel de Unamuno: os novos Teseus deste nosso labirinto ibérico.

Bibliografia

- ANÓNIMO, *A Ibéria. Memória escrita em língua espanhola por um filo-português e traduzida em língua portuguesa por um filo-ibérico*, Lisboa, Tipografia de Castro&Irmão, 1852.
- GARRETT, Almeida, *Obras de Almeida Garrett*, Porto, Lello & Irmão, s. a.
- GONÇALVES, Maria Madalena, *Poesias de Antero de Quental*, Lisboa, Seara Nova/Editorial Comunicação, 1981.
- MAGALHÃES, Gabriel, *Garrett e Rivas: o romantismo em Espanha e Portugal*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filologia da Universidade de Salamanca, Edição do autor, 2000, 2 vols.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Dispersos* (ed. António Sérgio), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, 2 vols.
- _____, *Cartas peninsulares*, edição póstuma precedida dum esboço biográfico do autor por seu irmão Guilherme de Oliveira Martins, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925².
- _____, *Correspondência*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926.
- _____, *Política e história: I – 1868-1878*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1957.
- _____, *História da civilização ibérica*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1973.
- MATOS, A. Campos, *Dicionário de citações de Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Quetzal, 2001.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Edição da autora, 1995, 2 vols.
- QUEIRÓS, Eça de, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s. a.
- _____, *A correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s. a.
- _____, *Textos de imprensa. I (da Gazeta de Portugal)* (eds. Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.
- QUENTAL, Antero de, *Prosas sociopolíticas* (ed. Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- _____, *Cartas*, Lisboa/Ponta Delgada, Editorial Comunicação / Universidade dos Açores, 1989, 2 vols.
- RIBEIRO, Tomás, *D. Jaime*, Porto/Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron Editor, 1882.
- VALERA, Juan, *Correspondencia: 1847-1861* (ed. María Ángeles Ezama Gil e Enrique Serrano Asenjo; dir. Leonardo Romero Tobar), Madrid, Editorial Castalia, 2002.
- VASCONCELOS, J. A. C. de, *Os portugueses e a Ibéria: refutação dos argumentos do partido ibérico com respeito à fusão das duas nações peninsulares e exposição das desgraças e vexames que dela baviam de porvir a Portugal*, Elvas, Tipografia Elvense, 1861.

52. Tomas RIBEIRO, *D. Jaime*, 3.